

**EXCELENTÍSSIMO CONSELHEIRO RELATOR DO TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS SR. JOSÉ ALVES VIANA.**

PROCESSO Nº 1.076.899

**REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE
CONTAS**

REPRESENTADO: ANTÔNIO MARCOS SANTOS RODRIGUES

ANTÔNIO MARCOS SANTOS RODRIGUES, devidamente qualificado nos autos, em CAUSA PRÓPRIA, que esta subscreve, vem a Ilustre presença de **VOSSA EXCELÊNCIA**, apresentar, tempestivamente, **DEFESA E DOCUMENTOS**, mediante as razões fáticas e jurídicas a seguir delineadas:

I – SÍNTESE DOS FATOS

O presente autos refere-se formalização de aditamentos de prorrogações de prazos, no âmbito do Contrato Administrativo nº 126/2014, Termos Aditivos de Prorrogação 1º, 2º, 3º, 4º e 6º, que teriam sido apresentados sem a devida justificativa, em violação ao artigo 65, caput, da Lei nº 8.666/1993.

Em breve síntese, eis os fatos.

II – MÉRITO

A representação formalizada, faz menção que elaboramos pareceres jurídicos, sem a devida justificativa, violando o artigo 65 caput, da Lei nº 8.666/93, assim prescreve:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

No entanto, não é procedente a Representação, pois, conforme consta nos autos, e que aqui também anexamos os documentos que constam os pedidos de prorrogações de prazos do contrato, feitos através dos Ofícios encaminhados, que, nos seus bojos trazem perfeitamente as apresentações das “JUSTIFICATIVAS”, respaldando os pedidos de prorrogações de prazos. Abaixo transcrevemos os trechos das justificativas:

1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Temos o Ofício nº 0835/2014/SMO/PMA, de fls. 792 autos original e fls. 1237 presente processo, de emissão da Secretaria de Obras, solicitando a prorrogação do prazo do contrato, anexando a Solicitação da empresa contrata

às fls. 793 autos original e fls. 1238 presente processo autos, constando a seguinte justificativa, vejamos:

“Esclarecemos que se faz necessária a presente prorrogação diante da alteração no projeto básico e memorial descritivo, onde foi solicitado uma paralização nas obras, para que fosse feitas as adequações devidas.”

2º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Temos o Ofício 015/2015 às fls. 805 autos original e fls. 1248 presente processo, solicitando a prorrogação do prazo do contrato, com a seguinte justificativa:

“Considerando que tal prorrogação se faz necessária visto o atraso no cronograma de execução da referida obra”.

Junto ao referido ofício veio anexo a solicitação da empresa contratada às fls. 806 autos original e fls. 1249 presente processo, justificando a necessidade da prorrogação:

“Esclarecemos que se faz necessário a presente prorrogação diante de alterações no projeto básico e memorial descritivo, os mesmos foram passados para nossa empresa para as devidas modificações onde necessitamos do prazo acima para o término dos serviços.”

3º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Temos o Ofício 042/2015 de fls. 816 autos original e fls. 1259 presente processo, solicitando a prorrogação de prazo do contrato, justificando a necessidade da prorrogação:

“O Município de Araguari, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, solicita prorrogação no prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 126/2014 e Processo nº 0024843/2014 (por mais 90 dias) com a empresa N M N REZENDE EIRELI ME visto a NECESSIDADE E INTERESSE de continuidade da obra de reforma do imóvel situado na rua Padre Norberto nº 105, bairro Jardim que abriga o CAPS AD.

Desse modo, esta Secretaria, justifica pelo exposto e REQUER a esse Departamento de Licitação e Contratos a realização de um TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO.”

4º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Temos o Ofício 101/2015 de fls. 825 autos original e fls. 1268 presente processo, solicitando a prorrogação de prazo do contrato, justificando a necessidade da prorrogação:

“O Município de Araguari, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, solicita prorrogação no prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 126/2014 e Processo nº 0024843/2014 (por mais 90 dias) com a empresa N M N REZENDE EIRELI ME visto a NECESSIDADE E INTERESSE de continuidade da obra de reforma do imóvel situado na rua Padre Norberto nº 105, bairro Jardim que abriga o CAPS AD.

Desse modo, esta Secretaria, justifica pelo exposto e REQUER a esse Departamento de Licitação e Contratos a realização de um TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO.”

Junto ao referido ofício veio anexo a solicitação da empresa contratada às fls. 826 autos original e fls. 1269 presente processo, justificando a necessidade da prorrogação:

“Esclarecemos que se faz necessário a presente prorrogação para que possamos fazer o término dos serviços, pois estamos na fase final de acabamento sendo o assentamento de piso, pintura e outros pequenos reparos que demanda mais tempo, levando assim um maior tempo para finalização. Diante disso necessitamos o prazo para término dos serviços.”

6º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Temos a correspondência da empresa solicitando a prorrogação de prazo, às fls. 737 autos original e fls. 1180 presente processo, justificando a necessidade da prorrogação:

“Esclarecemos que se faz necessário a presente prorrogação para que possamos fazer o término dos serviços, pois estamos na fase final de acabamento sendo o assentamento de piso, pintura e outros pequenos reparos que demanda mais tempo, levando assim um maior tempo para finalização. Diante disso necessitamos o prazo para término dos serviços.”

Juntamente temos o Ofício 124/2015 de fls. 738 autos original e fls. 1181 presente processo, solicitando a prorrogação de prazo do contrato, justificando a necessidade da prorrogação:

“O Município de Araguari, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, solicita prorrogação no prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 126/2014 e Processo nº 0024843/2014 (por mais 90 dias) com a empresa N M N REZENDE EIRELI ME visto a NECESSIDADE E INTERESSE de continuidade da obra de

reforma do imóvel situado na rua Padre Norberto nº 105, bairro Jardim que abriga o CAPS AD.

Desse modo, esta Secretaria, justifica pelo exposto e REQUER a esse Departamento de Licitação e Contratos a realização de um TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO.”

Como se observa acima os trechos destacados, consta no processo os Ofícios dos pedidos de prorrogações de prazos do Contrato Administrativo nº 126/2014, contendo as devidas “JUSTIFICATIVAS”. Portanto, os nossos Pareceres Jurídicos pautaram na legalidade do artigo 65 caput da Lei nº 8.666/93, pois, nos referidos Ofícios teve as manifestações de “JUSTIFICATIVAS” para os pedidos de prorrogações de prazo, não podendo imputar a este PARECERISTA conduta ante jurídica, criminal, com aplicação de pena de multa, por ter opinado favoravelmente aos pedidos de prorrogações de prazos do contrato administrativo.

De fato, e juridicamente está comprovado que o PARECERISTA agiu de com a devida diligência no exercício de suas funções, elaborando os pareceres dos pedidos de prorrogações de prazos, atinente as “JUSTIFICATIVAS” apresentadas nos Ofícios. Não podendo dizer que são justificativas simplórias, pois, não cabe a este PARECERISTA indagar das suas redações, se longas ou curtas, o fato é que houve nos Ofícios dos pedidos de prorrogações as devidas “JUSTIFICATIVAS” apresentadas.

O Gestor do Contrato é o Agente da Administração especialmente designado para o acompanhamento do mesmo, ou seja, controlar o seu cumprimento, no presente caso os prazos de cumprimento da execução da obra. No caso, apresentou pedidos de prorrogações com justificativas, não cabendo ao PARECERISTA intervir, pois, a condução da obra está sob sua responsabilidade, solicitada as prorrogações, e sendo de direito, foi pelos pareceres opinados favoravelmente.

Portanto, os pedidos de prorrogações de prazos foram instruído com as solicitações contendo as devidas justificativas, não podendo se falar que não houve, para de forma injusta imputar responsabilidade ao PARECERISTA, que agiu de conformidade com a legislação.

O PARECERISTA opinou favoravelmente aos pedidos de prorrogações de prazos, pois os ofícios continham as devidas “JUSTIFICATIVAS” apresentadas, mediante, elaborados os pareceres com embasamento na legislação pertinente. Desta forma, está ilidida a responsabilização do PARECERISTA, pois demonstrado que a sua atuação deu-se de forma diligente e fundamentada, com o respaldo da legislação e em tese jurídica aceitável, alicerçada em lição doutrinária ou jurisprudencial. Precisava-se concluir a obra, houve os pedidos de prorrogações com as devidas

“JUSTIFICATIVAS”, mediante foram emitidos pareceres favoráveis, não havendo nada de ilegal.

ANTE AO EXPOSTO, e aos documentos que fazem parte do processo, e aqui também anexados, requer o ACOLHIMENTO das razões de defesa apresentadas, que demonstram a AUSÊNCIA DE CONDUTA ANTIJURÍDICA, do Representado ANTONIO MARCOS SANTOS RODRIGUES, tendo em vista que os Pareceres Jurídicos favoráveis as prorrogações de prazos do contrato administrativo, foram pautadas em requerimentos através dos Ofícios nos quais foram apresentadas as JUSTIFICATIVAS embasando os pedidos de prorrogações. Seja o Representado, excluído deste feito, por inexistir em todo o processo qualquer cominação de ilegalidade constatada.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Araguari-MG, 29 de janeiro de 2021.

Antônio Marcos Santos Rodrigues
Representado